

# A viagem a Portugal de Luiz Camillo\*

*Maria Luiza Penna* \*\*

## Preparando-se para a viagem: os bastidores da pesquisa

Desejava ver utilmente alguma coisa da documentação referente ao Brasil existente nos arquivos portugueses, pois, não irei a Lisboa para fazer figuração fictícia em um Congresso.<sup>1</sup>

Em 1937, abre-se para Luiz Camillo, professor da Universidade do Distrito Federal, nomeado pelo reitor Afonso Pena Junior, a possibilidade de uma viagem à Europa. Em 2 de junho, Gustavo Capanema escreve a Getúlio Vargas recomendando os nomes de Rodolfo Garcia, Luiz Camillo e Gilberto Freire para constituir a delegação brasileira ao *Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo*, a instalar-se em Lisboa em 26 de julho de 1937. O tema: *Influência Portuguesa na formação do mundo contemporâneo*. Poucos dias depois, Luiz Camillo é nomeado representante do Brasil. Ir significa poder se enfronhar nos arquivos portugueses, pesquisar no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Arquivo Histórico Colonial.<sup>2</sup> Mas, confia a Mário de Andrade, em estilo desanimado e espantosamente envelhecido para um homem de 33 anos:

---

\* Capítulo 4 do livro *Luiz Camillo: perfil intelectual*. A ser publicado pela UFMG Editora. Tese de doutorado. PUC-RIO. Março de 2004.

\*\* Mestre em Filosofia e Doutora em Literatura Brasileira pela PUC-Rio. Autora do livro *Fernando de Azevedo - Educação e Transformação* (Perspectiva, 1986), aquinhoado com o Prêmio “Grandes Educadores Brasileiros” do INEP.

I - Organização de um Serviço Nacional de Arquivos,<sup>5</sup> sem muita burocracia e com alguma eficiência, tendo por finalidades localizar e inventariar os arquivos brasileiros particulares, religiosos e públicos, trabalhando de maneira sistemática e divulgando sempre que possível os resultados das investigações.

Será necessário fazer, preliminarmente, um estudo seguro de diplomática<sup>6</sup> aplicada a fim de se classificar, dentro de critério rigoroso, os nossos documentos; verificar a sua autenticidade, estabelecer regras uniformes de arquivística, organizar em série cronológica, os espécimens de escritas mais usados nos documentos brasileiros (qualquer coisa como os fac-símiles da Biblioteca *École des Chartes*<sup>7</sup>), afim de facilitar a sua leitura e decifração pelos estudiosos; inventariar os documentos já publicados nas principais revistas de documentação etc., em uma palavra, orientar os nossos cursos de história brasileira para o campo da crítica histórica, baseada na diplomática.

II - Organizar as pesquisas de documentos de interesse para nós, existentes no estrangeiro e principalmente: Portugal; Espanha e Roma;<sup>8</sup> Holanda; França; e Inglaterra.<sup>9</sup>

A pesquisa de documentos portugueses constitui tarefa para muitos anos de trabalho intenso, pois, não só em Ajuda, Torre do Tombo e no Arquivo Histórico Colonial, Coimbra, existem papéis que nos interessam; também em arquivos particulares os encontramos em grande quantidade.

Assim, por exemplo, os documentos referentes aos réus eclesiásticos da Inconfidência Mineira estão em poder de uma senhora, que conta em seus ascendentes Martinho de Mello e Castro,<sup>10</sup> André de Mello e Castro e outros personagens de muito relevo na história colonial brasileira. [...].

Não tenho a menor dúvida que a solução integral será a primeira indicada, porém, por ela nada posso fazer não possuindo relações que me permitam conseguir o estabelecimento de semelhante medida. (Basta lembrar que até hoje, apesar de reiterados pedidos e vários planos de estudo entregues a mais

de um administrador, não conseguiu o estabelecimento de um serviço de arquivos, embora todos reconheçam e assistam ao desaparecimento de nossos arquivos). [...]

O Congresso que agora se realiza em Lisboa, é trabalho principalmente do Padre Serafim Leite e do [Manuel] Múrias, diretor do Arquivo Histórico Colonial e tenho a impressão que o item VII do regulamento será o de maior desenvolvimento e ocasião única para se firmar um plano de cooperação entre os portugueses e nós ou, pelo menos, estabelecer as bases para este plano.

O Arquivo Histórico Colonial, que tem em depósito todos os documentos do antigo Conselho Ultramarinho, é dividido em duas partes:

#### Códices

##### Papéis avulsos

Da primeira parte, no que se refere principalmente ao norte do Brasil, ocupou-se J. Francisco Lisboa na sua longa e proveitosa missão em Portugal. Da qualidade e quantidade de documentos por ele examinados, você pode ter uma idéia pelo índice publicado na *Revista do Instituto Histórico*, 67. II. Não posso, entretanto, avaliar até quando ele chegou, pois, pelas indicações publicadas nos Anais das Bibliotecas e Arquivos, vol. VIII, 1927, possui o arquivo mais de 2.000 códices. De qualquer forma, porém, esta parte é a menos importante, pois já foi visto por investigadores do mérito de J. F. Lisboa e Gonçalves Dias.

Os papéis avulsos são todos os documentos enviados do vasto império colonial português ao Conselho Ultramarinho. São constituídos por requerimentos, papéis de serviços, memórias e documentos de toda a natureza. [...] Da parte referente ao Brasil, foi iniciado o inventário por Castro e Almeida e o resultado das suas investigações, publicado em 8 volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional*. Referem-se unicamente à Bahia e ao Rio de Janeiro e são perto de 50.000 documentos. Toda a vida de Fernão Dias Paes<sup>11</sup> foi esclarecida pelos documentos assim conhecidos. Por carta do Padre Serafim Leite,<sup>12</sup> sei que ultimamente foram encontrados vários milhares

de documentos que escaparam ao primeiro inventário e caracteristicamente pertencentes às regiões acima indicadas.

De S. Paulo e Minas, a pesquisa ainda não foi iniciada. Tudo deve ser inédito. Segundo informações que me mandou, há tempos, o Padre Serafim Leite, abrangem maior período que o indicado no vol. VIII dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*,<sup>13</sup> pois, referem-se, com maior ou menor extensão, às primeiras minerações e às explorações de todo o interior do país, ainda no século XVII.

A minha vontade é, em vez de passar quinze dias do Congresso em Lisboa, lá permanecer dois ou três meses e durante este tempo examinar o que me for possível, fotografar tudo quanto me parecer à primeira vista de alguma importância e extratar o restante. Durante este tempo seria possível organizar o esboço de um plano para o trabalho sistemático de investigação para ser executado por uma das maneiras indicadas acima. Espero ter tempo para fazer pesquisas em outros arquivos – Ajuda, por exemplo, onde são numerosos os documentos referentes ao início das minerações; em Coimbra, a procura de uma parte inédita do Pedro Tacques, que talvez lá se encontre, etc.<sup>14</sup>

Nesta carta a Mário de Andrade encontra-se explicitado o objetivo primeiro de Luiz Camillo que, mesmo antes de chegar a Lisboa, percebe não ser possível realizar durante o escasso tempo de um Congresso: “É tarefa para muitos anos de trabalho intenso.” O inventário, decifração e cópia dos documentos poderão ser feitos de dois modos: integral – processo a que Luiz Camillo dava preferência; ou através de levantamento sumário de toda a documentação e, posteriormente, cópia ou microfilmagem por especialista, mediante indicação enviada do Brasil.

O que de fato ele fará, como escreverá a José Maria Alkmin, de volta ao Brasil, numa espécie de carta-relatório, é executar, no exíguo tempo de sua permanência em Lisboa, a segunda hipótese. Após exame sumário da documentação mais importante, orientando seu trabalho no sentido de obter um conhecimento geral dos

principais corpos, ele conseguirá “fazer uma colheta de dados necessários à organização de um plano de conjunto.”<sup>15</sup> Além disso, antecipando-se a um futuro processo, por ele denominado integral, que julga próximo, consegue também microfilmar e trazer para o Brasil muitas peças valiosas: códices, documentos e livros raros, a maior parte desconhecida por aqui.

O historiador mineiro preconiza a microfilmagem dos documentos, técnica que treinara na loja Lutz Ferrando, ainda no Rio. Na entrevista dada a Jaime da Barros, pouco depois de chegar ao Rio, refere-se não só à importância, para os estudos históricos, da divulgação dos acervos arquivísticos sobre o Brasil colonial, guardados em estabelecimentos e institutos estrangeiros, mas também à necessidade de método rigoroso para a decifração e cópia de documentos de interesse para o Brasil. Por isso aceitara a designação e embarcara para Lisboa.

Até agora este trabalho tem sido sempre executado por copistas que raramente possuem os conhecimentos de paleografia e das demais ciências auxiliares da história, indispensáveis às investigações desta natureza. [...] A única [solução] era a fotografia e, depois de experimentar os diversos processos de possível aplicação, decidi-me pela fotografia em aparelho Leica, empregando filme diapositivo de 35mm.<sup>16</sup>

Antes de partir, confessa ao amigo Emílio Moura: “Esta viagem é realizada como tudo em minha vida: apressada, imperfeitamente preparada e sem recursos.”<sup>17</sup> À beira de uma estafa nervosa, embarca com Elza, sua mulher, no navio *Highland Patriot*, a 13 de julho de 1937. No dia da sua partida, em papel timbrado com a efígie de Clio,<sup>18</sup> é finalmente designado por Afonso Pena Junior, reitor da Universidade do Distrito Federal, representante desta para o Congresso. Conta passar doente toda a viagem. O que não acontece... Ela transcorre tranqüila, alegre. Luiz Camillo vai, aos poucos, vencendo a timidez diante de outros viajantes, entre

os quais Gilberto Freire, com quem conversa sobre sobre os assuntos que a ambos interessam: os efeitos sociais da escravidão no Brasil, a Idade do Ouro e a pesquisa nos arquivos mineiros do Século XVIII.

Em 1938, relatará a experiência com o mar ao paleógrafo português João Martins da Silva Marques, que teme uma viagem ao Brasil – proposta por Luiz Camillo com o objetivo de aqui o instalar como professor na UDF.

Quanto à viagem marítima, não tenha receio, desagradáveis serão unicamente os primeiros dias. Digo a V. Excia isto com grande liberdade, baseado em experiência própria: nasci em Minas Gerais, a mais de 600 kms do mar, filho de família que lá se estabeleceu no princípio do século XVIII. Embarquei para Lisboa, depois de preparação atropeladíssima de quinze dias, contando tranqüilamente passar doente toda a viagem. Nada tive e cheguei em Lisboa às 9 horas da noite para assistir às 10 a sessão inaugural do C. E. P.<sup>19</sup>

## A estada em Portugal

Meu caro Venâncio, aproveito este cartão para enviar a V. um saudoso abraço. [...] Não tive ainda tempo para ver a cidade, porém, estou encantado com os arquivos.<sup>20</sup>

O cartão enviado ao amigo Francisco Venâncio Filho ilustra a disposição de Luiz Camillo durante sua viagem. Tendo chegado a Lisboa em julho de 1937, no mesmo dia em que o navio atraca na capital lusa comparece à abertura do *Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo*. O itabirano de temperamento discreto fica ligeiramente constrangido, durante o Congresso, com a formalidade

dos portugueses. Por outro lado, a estes não escapa o olhar pespicaz desse homem aparentemente distraído, moreno, alto, com aparência<sup>21</sup> de indiano; nem a beleza da sua jovem esposa, uma mulher que a todos encanta. Luiz Camillo ignora as preocupações vestimentárias, mas percebe que das 94 teses apresentadas no Congresso – cujo tema foi *A Influência Portuguesa na formação do mundo contemporâneo* – poucas têm algum relevo. Passado o período do Congresso, entrega-se, com a energia e a pertinácia que o caracterizam, à tarefa que se propusera.

Como seriam os seus dias? Num primeiro momento, imersão, com deslumbramento e expectativa, no oceano de documentos que os diversos arquivos e bibliotecas contêm. Freqüente sobretudo o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o Arquivo Histórico Colonial e a Biblioteca do Palácio da Ajuda. Neles passa os dias inteiros, Elza sempre a seu lado, ajudando-o na tomada de notas e microfilmagem de códices, livros raríssimos, incunábulo. Estreita relações com o Dr. Manuel Múrias, *pessoa desempoeirada e expedita*,<sup>22</sup> diretor do Arquivo Histórico Colonial, com quem estabelece um bom relacionamento profissional, embora, como era natural, observem a história de Portugal e Brasil sob ângulos diferentes. Em tertúlias prolongadas, discutem suas perspectivas quanto à interpretação dos movimentos sociais em Minas. Em carta a Múrias, escrita em tom de crítica sutil e enviada pouco depois de desembarcar no Rio de Janeiro, Luiz Camillo elogia a segurança, a honestidade e o brilho com que o historiador e erudito português interpretara a questão da *História da Expansão Portuguesa*, mas expressa sua particular visão do Brasil em relação ao mundo. Esboça, ainda, a idéia de escrever uma história de Minas.

Possivelmente, os meus pontos de vista, conseqüência do ângulo em que estou colocado para observar o desenvolvimento da civilização ocidental, por força da gente lusa, e que aí não me foi talvez possível explicar com a minúcia desejada [...] devem ter lhe parecido faltos de sistematização. Lembro-lhe entretanto, que a história mineira, considerada em todos os seus aspectos, e de que me venho ocupando

de alguns anos para cá, muitas vezes sem os elementos de informações indispensáveis, tem constituído, pela sua complexidade, o mais árduo capítulo da história brasileira. É necessário tirar da áspera luta pelo metal amarelo nas terras do centro do Brasil, a sua verdadeira significação, isto é, a fixação no interior do continente da gente que até aquela época limitava-se a correr pelos sertões; que foi a lavagem das areias auríferas a razão do estabelecimento de vilas, afastadas mais de 100 léguas do mar, com o ambiente urbano, perfeitamente comparável ao das cidades portuguesas contemporâneas, as conseqüências para o país, para Portugal e não muito longinquamente para a Europa, cujas condições de mercado monetário são bem conhecidas por V. *É preciso fazer uma história particularizada e ao mesmo tempo integrada na história universal.* <sup>23</sup>

Na frase final da carta acima delinea-se a visão de Luiz Camillo em relação à importância da inserção do Brasil na Europa: a contribuição deste para o mercado monetário internacional – como colônia explorada pela metrópole – foi extraordinária. Nas numerosas notas encontradas em seu arquivo patenteia-se essa perspectiva e os fatores econômicos e político-sociais que a embasam. Minas Gerais era a fornecedora de ouro, transformado em moedas, cunhadas nas Gerais desde o século XVIII, na Casa dos Contos, em Vila Rica. Tal contribuição do Brasil Colônia teve um peso considerável no mercado monetário internacional. Além disso, ao comparar o ambiente urbano mineiro com o das cidades portuguesas, que agora pela primeira vez conhecia, Luiz Camillo expressa em palavras o que começara a sentir e perceber em seus passeios por Lisboa e arredores.

Um mês após sua partida do Rio de Janeiro, recebe um presente de Ernesto Ennes, conservador do Arquivo Colonial: um *Guia de Portugal*. Uma espécie de Bedecker luso, tal a profusão de descrições geográficas e urbanas, apanhados históricos bem detalhados, sumários, artigos sobre arte portuguesa e sua relação com a arte europeia, itinerários variados.



Passada a tontura arquivística, Luiz Camillo começa a praticar pesquisa mais regular, metódica. Sai a observar e a fotografar a cidade depois que as portas da Torre do Tombo<sup>24</sup> – chamada por ele de Arquivo Fernão Lopes –, do Palácio da Ajuda e do Arquivo Histórico Colonial se cerram. Ao sair da Biblioteca Nacional, bem ao lado do Teatro São Carlos, atravessa a Praça dos Libertadores, caminha pela Avenida da Liberdade; vai ao Rossio, entra na Tabacaria Mônaco, no Café Nicola, na Pastelaria Suíça; conhece os museus. Na hora do almoço, os novos amigos o levam ao coração de Lisboa – o Chiado, que se estende até a Baixa; às vezes fica por ali, buquinando e conversando com os livreiros, alguns já conhecidos por cartas; toma o elevador de Santa Justa e fotografa dali Lisboa e seus telhados; vai ao bairro Alto, sorve um cafezinho – caríssimo – no café A Brasileira; sobe nas torres do Castelo de São Jorge, antiga cidadela mourisca, transformada em palácio pelo rei Afonso Henriques, anda ao largo de suas muralhas; desce as escadarias e ladeiras íngremes de Alfama. Passeia pelo cais, vai à Torre de Belém; visita longamente o Mosteiro dos Jerônimos, que talvez tenha lhe dado menos a sensação de templo religioso do que de gruta marinha, perpassada por estranha magia, com o túmulo de Camões a lhe lembrar trechos de *Os Lusíadas*, lidos e decorados em Itabira. Relembra decerto o livro de Varnhagen sobre o Mosteiro de Belém.

E frequenta a noite. Com amigos portugueses e brasileiros distrai-se em alguns bairros boêmios de Lisboa: Alfama, Mouraria. Ali há brigas entre rufiões e cantadeiras por toda parte. Há, também, um vai e vem de gente pobre, num movimento que mal o deixa ouvir o dedilhar do banzo mourisco, na Alfama, ou o piano aguitarrado dos cafés e dos botequins onde se bebe o excelente vinho português. Vagueia por vielas, ruas estreitas, ladeiras que lhe lembram as pequenas cidades mineiras. Conhece restaurantes, igrejas, tavernas, as famosas casas de fado. Janta até mesmo no elegante Restaurante Tavares, decorado com espelhos e desenhos em estuque. Mas Luiz Camillo não se distrai, naturalmente, de seu objetivo primeiro. Ao retornar à Embaixada do Brasil, onde fica hospedado, prepara, febrilmente, madrugada adentro, notas e observações para o trabalho do dia seguinte; redige cartas para os

“donos” dos arquivos, não esquece sua obsessão: as fontes primárias da nossa história.

## A originalidade da cópia

Perambulando por todos esses lugares, tudo examina com curiosidade e um certo espanto: os prédios de frontaria estreita, os andares de ressaltos, as empenas de bico. Não consegue explicar a si próprio por que não encontra, de início, uma originalidade que o impressione. Lisboa não “lhe deixa as imagens de surpresa e a sensação de ineditismo que esperava.”<sup>25</sup> Em suas recordações sobre Lisboa, Luiz Camillo escreverá que cada cidade tem a sua fisionomia própria, é marcada por fatores naturais – acidentes geográficos, praias, morros, serras, rios e montanhas – e pelos elementos artificiais, produtos da ação humana: as construções arquitetônicas, os traçados das ruas. O que ele observa logo “é a disparidade que decorre dos bairros ricos, arquiteturais e das concentrações miseráveis onde labuta gente destituída de recursos.”<sup>26</sup> Mas, fogem-lhe as determinações essenciais, as coordenadas que expliquem a evolução da cidade, do seu passado, do seu presente. Aos poucos percebe que essa dificuldade de apreensão advém da constatação de que, para ele, “Lisboa era a chave de estudos e pesquisas de caráter histórico sobre o desenvolvimento dos núcleos urbanos do Brasil, vindos ainda do período colonial ou que nele tinham as suas raízes profundas e vivas.”<sup>27</sup> Ele ali projeta, atordoando-se, por um processo de “desumanização literária da realidade”,<sup>28</sup> toda a bagagem trazida de seus estudos para explicar “as discussões dos senados, das Câmaras, as ruas tortuosas, as capelas cheias de ouro de Sabará, de Caeté, de Vila Rica e de outros centros de população, criados no interior do País, longe da brisa marítima, por todo o século XVIII.”<sup>29</sup>

A contraprova ocorre quando Luiz Camillo revê, anos depois, as velhas cidades mineiras; ali pôde redescobrir muitos métodos construtivos e a repetição natural do empirismo da

atividade coletiva, pouco ordenada, mas também quase sempre orientada pela compreensão do ambiente físico.<sup>30</sup>

Não se trata de cópia, tampouco é obra totalmente espontânea. Tem uma origem comum, mas representa, muitas vezes, verdadeiro trabalho de criação.

As vilas mineiras do século XVIII não podem ser consideradas cópias dos bairros ou de aspectos de Lisboa, mas encontram nas partes populares da antiga metrópole e que permaneceram, graças a Deus, até nós, isentos do traçado seco e sem alma da reconstrução pombalina, a origem comum que nasceu como dos mais fortes elementos construtivos, da formação democrática do povo lusitano para as aventuras extraordinárias da expansão e da colonização portuguesa.<sup>31</sup>

Os bairros populares revelam também, para ele, uma irregularidade, visível nas habitações, e correspondem, no Brasil,

às mais variadas técnicas de construção, o aproveitamento singular de materiais inexplorados e em casos particulares de procedência exótica, a liberdade de utilização do espaço sem o apelo às regras uniformes e toda uma longa série de fatos e de métodos, revelam o artífice que viria se incumbir dos riscos de Vila Rica e de Caeté e que saberia aproveitar a pedra sabão, a argamassa, o granito e as madeiras do Brasil.<sup>32</sup>

Trata-se, para Luiz Camillo, de um deslocamento, no tempo e no espaço, da imagem trazida no fundo da alma do colono que, desse modo, tornava evidente uma coincidência de métodos e de determinados monumentos e realizações. Ou talvez por que os construtores portugueses, lembrando Sérgio Buarque de Holanda, tivessem uma “aversão congênita a qualquer ordenação impessoal

da existência.”<sup>33</sup> Nesse sentido, para Luiz Camillo, “quando [o construtor português] punha mãos à obra para o risco das edificações, para talhar uma imagem ou para fazer móveis de madeira da terra, insensivelmente, a sua imaginação trabalhava na reconstrução do que fizera o encanto dos dias perdidos da mocidade.”<sup>34</sup> E, acrescenta mais adiante, decerto pensando em Aleijadinho: “Mas, as ocasiões de realizar e de construir repetiam-se quase diariamente, livres de formalismos e regras. Esse conjunto de circunstâncias permitiu em determinadas fases do movimento expansionista português a revelação de indivíduos e escolas que exorbitavam dos planos regulares do movimento.”<sup>35</sup> Para ele,

a ausência de planos e sistemas, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, foi a grande sabedoria da obra de expansão e de colonização portuguesa. Por que ditar regras se a ação iria se desenvolver em meios exóticos e quase desconhecidos [...] E todas as vezes que por influência menos natural foram sendo postas à margem as noções de respeito às liberdades individuais e da confiança no espírito crítico e de cooperação das coletividades, o regime entrava em declínio.<sup>36</sup>

A conclusão tirada dessas notas de viagem, encontradas entre seus papéis, tem um viés de historiografia e é uma espécie de análise crítica que relaciona o maior ordenamento e controle das cidades, na época em que o sistema colonial atingira a sua maior perfeição, com a quebra de certos instrumentos – as câmaras municipais, por exemplo –, passíveis de serem utilizados pelos habitantes das vilas em seu próprio interesse. Escreve Luiz Camillo:

Aos poucos tinham sido eliminadas as tendências democráticas que permitiam a colonização da terra imensa descoberta três séculos antes: as liberdades das câmaras foram abolidas, restringiam-se as atividades dos ouvidores, estabeleciam-se normas para o comércio e a produção. Não mais comportava

o desenvolvimento das iniciativas, orientadas pelo espírito público e pela dedicação sincera às autoridades metropolitanas.

As restrições conseguidas iriam produzir, não a centralização política esperada, mas a sua desagregação pela formação do clima necessário à elaboração da independência.<sup>37</sup>

No último mês da sua permanência em Portugal, durante os fins de semana, Luiz Camillo consegue, afinal, conhecer os arredores de Lisboa, ir a Sintra, subir ao castelo da Pena e passear pelos belos jardins do parque. Vai a Coimbra, visita a Biblioteca, magnífica, da Universidade, o arquivo. Finalmente, quando já se aproximava o fim do verão, viaja para a cidade do Porto, onde passa um fim de semana prolongado. Empreende, então, uma rápida excursão à modesta quinta de um contraparente de sua tia itabirana Luiza Osório de Almeida.<sup>38</sup> Ali aprecia o cultivo da uva e bebe o vinho típico daquela região do Douro.

Em Lisboa, durante a semana, o trabalho prossegue. O levantamento detalhado realizado em três arquivos – Arquivo da Torre do Tombo, Arquivo Histórico Colonial e a Biblioteca do Palácio da Ajuda – leva Luiz Camillo a escrever, abismado com o valor e a importância do que observara, duas cartas a Manuel Múrias, diretor do Arquivo Histórico Colonial. Passado o período atordoante do Congresso e transcorrido mais de um mês de trabalho intenso, Luiz Camillo sugere a Múrias um plano de organização e microfilmagem da totalidade das fontes primárias de interesse para o Brasil, por investigadores brasileiros, nos arquivos da antiga metrópole. As duas cartas estão datadas de 6 de setembro de 1937, possuem o mesmo teor, mas uma delas é mais específica quanto ao que Luiz Camillo deseja realizar em Portugal:

a) prosseguimento do inventário dos documentos referentes ao Brasil, guardados no Arquivo Histórico Colonial, para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, segundo o processo adotado pelo Sr. Castro e Almeida. A preparação dos verbetes deverá caber pessoalmente a V. Ex<sup>a</sup> e, verificada a necessidade de

apressar o trabalho, permitida igualmente a inventariação por mais perquisadores, de reconhecida idoneidade que se limitariam, então, à análise de papéis provindos de outras capitanias;

b) estudo das condições e possibilidades para o trabalho de investigadores brasileiros (análise de documentos, cópia e fotografia), oficialmente acreditados junto ao Arquivo Histórico Colonial.

Em 11 de setembro de 1937 vem a resposta oficial de Múrias, demonstrando uma boa vontade... cautelosa. A penetração de perquisadores brasileiros nos estupendos arquivos talvez não fosse tão fácil. Copiar alguns documentos, sim, mas o que agora Luiz Camillo propunha era terminar um trabalho preconizado pelos maiores historiadores brasileiros. Capistrano escrevia com razão a Lino de Assunção, em 1885, que “A história do Brasil é um mundo e o que existe nos arquivos portugueses pelo menos um continente. Seria preciso passar muitos anos aí, sem ter outra coisa a fazer, para dar cabo da tarefa.”<sup>39</sup> Além de assumir a responsabilidade oficial e científica, no total e por cada verbete, Múrias adverte Luiz Camillo: “Evidentemente que todo o trabalho realizado e o seu programa deverá ser do conhecimento e merecer a aprovação dos dois Governos.”<sup>40</sup> Além disso, é necessário que uma autoridade superior – o ministro das Colônias – saiba com minúcias tudo que ficar acertado:

Os investigadores brasileiros, devidamente acreditados, com credenciais do Governo Brasileiro ou dos institutos de alta cultura do Brasil terão todas as facilidades normais em caso destes. Todavia farei, para cada um, uma informação a S. Ex<sup>a</sup> o ministro das Colônias, que não desconhecerá nada do que se combinar entre este Arquivo e a Biblioteca Nacional do Rio ou do Governo Brasileiro.<sup>41</sup>

Se o projeto de Luiz Camillo não pôde realizar-se na sua totalidade, àquela época, nem nos anos subseqüentes, ele conseguiu deixar em Lisboa a semente que propiciou a realização de trabalhos

importantes, enviados ao Brasil pouco depois. Contribuiu para isso o breve, porém fecundo contacto que ele estabeleceu com o paleógrafo português João Martins da Silva Marques. Ainda em Lisboa, anotarà alguns documentos referentes ao princípio do século XVI, extraídos do suplemento ao corpo cronológico. Para ele, esses documentos avulsos são de grande importância porque

Remetidos de todas as partes do globo onde chegou o movimento de expansão portuguesa: do Brasil, da Índia, de Goa, de Angola, enfim, de toda a parte onde passava ou se estabelecia, o navegante ou o colonizador mandava notícias à metrópole, informava, solicitava. À massa considerável de papéis das autoridades, governadores, capitães-generais, vice-reis, ouvidores, etc, acrescentem-se ainda os escritos de todos os que podiam ou queriam ajuntar qualquer esclarecimento, aqueles que pediam remuneração dos serviços ou solicitavam mercês.<sup>42</sup>

Ainda que o trabalho encaminhado por Luiz Camillo tenha chegado, pouco depois, às suas mãos, no Brasil, e tenha sido publicado pelos *Anais da Biblioteca Nacional*, isso não se passou sem algumas dificuldades. Em carta do início de 1938, o paleógrafo português João Martins da Silva Marques lhe escreve sobre os problemas que enfrentava:

Direi que já ontem eu mesmo comecei a copiar e a fazer copiar os documentos do Corpo Cronológico<sup>43</sup> que a V. Ex<sup>a</sup> interessam. Demorarão algum tempo porque, dos dois empregados da Torre do Tombo que capazmente o podem fazer (há outros, mas não querem ou não têm tempo), apenas um agora tem tempo. Acresce que está ainda em vigor a arqui-idiota lei, de que V. Ex<sup>a</sup> certo se lembra, sobre a proibição de os funcionários fazerem cópias. Tudo isso nos fará andar mais devagar do que desejaria; no entanto prometo não abrir mão do assunto até o final.<sup>44</sup>

Com a consciência tranqüila de ter muito trabalhado, estabelecido bons contatos e contando com a possibilidade de um intercâmbio fecundo com os meios arquivísticos portugueses, Luiz Camillo deixa Lisboa e parte para a Exposição Internacional<sup>45</sup> de Paris. Mal lá chega e já Ernesto Ennes, conhecedor do espírito infatigável e obsessivo do amigo, lhe escreve: “Não me diz nada na sua carta das pesquisas que tem feito em Paris, nos arquivos e bibliotecas, mas, decerto não tem feito outra coisa, não é verdade?”<sup>46</sup> E Ennes não errava ao intuir o interesse permanente do amigo pelos arquivos.

Em Paris, o que lhe agrada sobremodo é a visita aos livreiros antiquários, às livrarias, nessa cidade que as tem das melhores e mais sofisticadas. Esquecendo-se de tudo, passa as tardes daquele início de outono europeu buquinando, voluptuosamente, pelos quiosques dos cais ao longo do Sena. Pesquisa no Arquivo Nacional, perto da Place des Vosges; vai à Biblioteca Nacional e, emocionado, segura em suas mãos o livro de Jean de Léry, a quem denomina, com Saint-Hilaire, de *o Montaigne dos viajantes*,<sup>47</sup> e o de André Thevet, ambos do século XVI. Mais tarde, escreverá a Max Fischer: “para Thevet talvez possa conseguir algumas passagens inéditas, sobre a baía do Rio de Janeiro, que anotei dos seus manuscritos, na Biblioteca Nacional, de Paris, em 1937.”<sup>48</sup> Nesse curto período, Luiz Camillo localiza na Biblioteca Nacional Vittorio Emmanuel (Fondo Gesuitico), através de cartas e indagações, o *Catecismo Kiriri*, do padre Luiz Vincencio Mamiani.<sup>49</sup>

Algumas noites vai à casa de um itabirano que mora em Paris: o primo Antonio Camilo de Oliveira. Se o primo é um perfeito diplomata, o que Luiz Camillo não é, os dois possuem, entretanto, algo que os une: Itabira. Ela os faz passar as noites bebendo, entretidos numa conversa sem fim sobre seus personagens já quase míticos.

Passara-se todo esse tempo e continuávamos meninos, descendo e galgando ruas de uma cidadezinha calçada de ferro; ouvindo o tanger do



cincero das tropas que pousavam no rancho do Juca Machado; tomando banho na sombria piscina natural da Água Santa; penetrando, como em um templo délfico, no casebre solitário do velho feiticeiro Elías do Cascalho. [...] a tal ponto que ao longo da vida não mantivemos mais que um só diálogo, intermitente, desordenado e suave, sobre “uma certa Itabira” e nossa humilde inclusão em seu complexo emotivo e histórico: as pedras, os crepúsculos, as velhas bocas de minas de ouro, os doidos, o Dr Robinson da Serra, o Lilingue, o Zuzuna, o Nhô Bilico, a área inamovível da infância.<sup>50</sup>

Mas, cansado da longa e trabalhosa viagem, ansioso para saber o que se passava no Brasil, retorna a Lisboa, à espera de um navio. Escreve, algo irritado, a Emílio Moura: “Aqui cheguei há dias e felizmente estou no fim da minha peregrinação, pois, pelo primeiro vapor em que encontre lugar, volto para o Rio. V. não pode calcular quanto é desagradável a vida aqui.”<sup>51</sup>

Volta ao Brasil. Nas malas, em embrulhos, em pastas, rolos e rolos de filmes: filmes de livros raros, filmes de incunábulo, cópias de obras valiosas – desconhecidas no Brasil –, fotografadas ou, às vezes, feitas manualmente. Muitas anotações. Ao chegar, a surpresa de um Golpe de Estado, em 10 de novembro de 1937. Tudo se complica.

## A história que o país precisa

Considero-me perfeitamente tranqüilo sobre o resultado da minha viagem. Fica agora a administração habilitada a continuar e desenvolver as minhas pesquisas e permitir assim que os estudiosos brasileiros possam substituir a história do Brasil, meramente cronológica e narrativa, das listas dos governadores e capitães gerais, pela história

que o país precisa conhecer e sabê-la bem os nossos homens de estado: a história econômica e social, a origem e desenvolvimento das nossas instituições. E assim, acredito não serão tão raros os homens como Calógeras e Rio Branco que possuíam, como única e decisiva superioridade, sobre os outros homens do seu tempo, sólida cultura histórica.<sup>32</sup>

Este fragmento de carta-relatório enviada por Luiz Camillo a José Maria Alkmin, logo após sua volta ao Brasil, resume o que ele pensava ser o trabalho do historiador. Se acrescentarmos a ela leitura cuidadosa de sua entrevista ao jornalista Jaime de Barros, de janeiro de 1938, constatar-se-á que a viagem foi positiva tanto para o Brasil como para o pesquisador.

Luiz Camillo havia fotografado um imenso e precioso material relativo à formação do Brasil, trazendo da Europa documentos e livros que interessavam ao país. Havia localizado fontes primárias que o tempo e seus esforços acabariam por encaminhar às praias brasileiras. Passaram por suas mãos dezenas de maços, repletos de papéis valiosos; fotografara, folha a folha, alguns códices de grande interesse. Entre eles: o *Livro Primeiro do Governo do Brasil*;<sup>53</sup> os papéis de Dom Fernando de Mascarenhas, conde da Torre; as cartas de Gaspar de Souza. A oportunidade de permanecer durante um período relativamente longo em arquivos e bibliotecas convenceu Luiz Camillo de que estava no caminho certo. Para ele, que sempre trabalhara com dificuldades, enveredando pela noite adentro, em tempo roubado ao seu sono, foi maravilhoso dedicar-se de corpo e alma à pesquisa histórica. Chega aqui cheio de idéias e planos. Ganha novo ânimo para suas aulas na UDF, onde começara a ensinar.

Confirma-se sua convicção, baseada na prática de outros investigadores, de que é preciso resumir e organizar em séries documentais o material localizado. Luiz Camillo preconiza a preparação de um catálogo dos manuscritos brasileiros existentes na Torre do Tombo, com as cotas exatas das espécies e indicações de sua publicação: trabalho de sistematização indispensável à

continuação dos estudos históricos. Tem conhecimento de que a Torre possui perto de 600 índices. Alguns, como o do suplemento ao Corpo Cronológico, inscritos em 27 cadernetas de verbetes encadernados. Resume para Jaime de Barros os corpos principais: Chancelarias reais; mercês; manuscritos sobre o Brasil;<sup>54</sup> cartórios do Conselho Geral do Santo Ofício; Ordens militares.

Da carta a Arduíno Bolívar à carta a José Maria Alkmin, Luiz Camillo percorrerá um árduo caminho, produtivo, entusiasmante. O documento passa a ser visto sob um enfoque mais abrangente. Seu espírito crítico se exacerba ao examinar os papéis e códices guardados no Arquivo Histórico Colonial. Ali se encontram as providências relativas à administração brasileira, dirigidas a todas as autoridades da Colônia sob a forma de alvarás, cartas, patentes, decretos, regimentos, avisos. Luiz Camillo nota que, se por um lado, essa documentação constitui a melhor fonte de conhecimento do nosso passado, por outro, ela deverá ser “examinada em paralelo com as consultas do Conselho em que seus membros, muitas vezes com a experiência de longos anos no Brasil, discutiam e apresentavam razões que explicam ou interpretam essa ou aquela medida.”<sup>55</sup> Ou seja, a experiência e a visão de quem está cá – nas terras brasílicas – é diferente de quem lá está: na metrópole lusa.

O historiador mineiro emociona-se ao examinar os velhos documentos formadores da nossa nacionalidade.

Há códices de tal relevância, que não foi possível esconder a emoção quando os tivemos sob os olhos, como o códice 112,<sup>56</sup> que abre com o regimento de Tomé de Souza, dado em Almerim, em 17 de dezembro de 1548, seguindo-se o registro de outros regimentos dados por D. João III; o de Antonio Cardoso de Barros; o dos provedores da fazenda del-rei nosso senhor nas terras do Brasil; as nomeações e as primeiras medidas para o estabelecimento do governo central. São documentos em grande parte conhecidos, porém a sua leitura de cópia coeva na

característica escrita portuguesa seiscentista, faz-nos evocar a figura do grande rei que, ditando estas medidas, projetava para o futuro as bases da maior nação sul-americana.<sup>57</sup>

Luiz Camillo cita também os originais assinados por testemunhas dos fatos narrados: cartas de Gaspar de Souza; de Gerônimo de Albuquerque; de Matias de Albuquerque; de André de Vidal de Negreiros; de Henrique Dias; de Caldeira Castelo Branco; de Domingos Jorge Velho; de Matias Cardoso; de Garcia Rodrigues Pais; de Carlos Pedroso da Silveira. São cartas às vezes meramente administrativas; outras, longas narrações. *Papéis de serviço*: título modesto que encobre a relação diária do sítio da Bahia (1638), enviada a Lisboa pelo provedor do Brasil, Pero Cadena de Vilhasanti, desconhecido de Varnhagen e Southey. Papéis de Carlos Pedroso da Silveira, do manifesto do ouro, com os atestados de Antônio de Albuquerque, de Joseph Vaz Pinto. Parte desse material é publicada pouco depois pelos *Anais da Biblioteca Nacional* com o título de Notícias Antigas do Brasil.<sup>58</sup> Luiz Camillo se apóia no resultado das pesquisas do Prof. Bouard<sup>59</sup> da École des Chartes, de Paris, para concluir que esses registros possuem três grandes vantagens: autenticidade indiscutível, caráter oficial e garantia de colação: “nenhum arquivo localizado fora do país possui documentação comparável à do Arquivo Histórico Colonial. É absolutamente necessário prosseguir na inventariação e promover, em séries organizadas de acordo com programa bem definido, a divulgação dos seus papéis.”<sup>60</sup>

Mas, além das fontes manuscritas da História do Brasil, Luiz Camillo se preocupa com o problema das edições originais dos textos portugueses. Sabe que não existe, no Brasil, um único incunábulo de língua portuguesa, e mesmo as impressões da primeira parte do século XVI são bastante raras. O estudioso brasileiro não tem à sua disposição obras portuguesas – raras e, além disso, caríssimas – impressas nos fins do século XV e princípio do século XVI, indispensáveis aos estudos filológicos. Por isso, antes de

embarcar para o Brasil, relaciona algumas obras raras de maior interesse para o estudo da língua pátria. Delas tira fotocópias e filmes e as mostra ao admirado Jaime de Barros. Pela escolha, percebe-se, além do interesse filológico, o olhar do esteta, apreciador da bela impressão quinhentista. Descreve detalhadamente os seguintes incunábulo:

- 1) *A Vita Christi*,<sup>61</sup> talvez o monumento mais importante da tipografia quinhentista lusa.
- 2) *O Vespasiano*. Lisboa, 1496. Estoria do muy nobre Vespasiano, emperador de Roma.
- 3) *Evangelhos e Epistolas*. Porto, 1497. Todos exemplares únicos.<sup>62</sup>

## A carta: uma interpretação possível

Em 29 de dezembro de 1937, Luiz Camillo escreve uma carta-relatório a José Maria Alkmim na qual reflete sobre sua viagem. Uma espécie de contraponto à entrevista a Jaime de Barros. Lendo-a com cuidado e comparando os dois textos, chego à conclusão de que aquela é mais do que um simples relatório ou resumo detalhado da execução de uma incumbência. Percebo alguns blocos de assuntos, ou tópicos, relacionados entre si de forma lógica. Esses segmentos significativos refletem, cada um, a sua visão da tarefa do historiador e uma visão crítica do trabalho em arquivo.

Logo de início, uma diferença importante: o pesquisador não é mais aquele do início dos anos 30, ávido apenas por documentos, documentos, documentos. Há um amadurecimento no trato com arquivos, maior reflexão sobre nossa história e o ofício de historiador.

Luiz Camillo inicia a carta com uma pequena introdução que é, de fato, uma descrição. Discorre sobre a permanente preocupação da metrópole em descobrir minas: de ouro, de prata, ou de jazidas de pedras preciosas. Constatamos que, no que se refere ao

princípio da nossa história, há pouca documentação. A partir do século XVII, as referências escritas se multiplicam e podem ser encontradas nos arquivos portugueses. Mas, escreve ele, os documentos de primordial interesse para a história de Minas estão misturados a documentos variados, vindos das mais diversas partes do Brasil e de todo o mundo.

A preocupação de descobrir minas de ouro e prata ou jazidas de pedras preciosas foi permanente, por parte da administração da metrópole nos séculos XVI e XVII. Sobre isto falam a Carta de Caminha, as relações dos jesuítas, Gabriel Soares de Souza, Pero de Magalhães Gandavo e todos os escritores que se interessavam pelo Brasil seiscentista. No século seguinte, a pesquisa dos metais se fez com mais regularidade – vinda de práticos de mineração, distribuição de recompensas, organização de expedições, etc – e portanto as indicações a ela referentes se multiplicam. De quase todas as tentativas empreendidas, até o último quarto do século XVII, encontram-se notícias ou indicações, com maior ou menor minúcia, espalhadas nos arquivos e bibliotecas portuguesas. Torre do Tombo, Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca d' Ajuda, de Évora, Arquivo Histórico Colonial, etc. Assim, os documentos que interessam ao início da história de Minas (e que mais nos convém examinar, pois não são encontrados no Arquivo Público Mineiro) estão submersos na imensa quantidade de papéis oriundos de todo o Brasil.<sup>63</sup>

Após produzir uma visão geral do assunto – o interesse da Metrópole em descobrir minas no Brasil –, Luiz Camillo escolhe um caso particular para ilustrar o seu ponto de vista:

o acervo documental de maior importância para os fastos da mineração: o Arquivo Histórico Colonial, no Palácio da Ega, à Junqueira. [...] Contém mais de um milheiro de códices: registro da correspondência

régia, consultas do conselho, ofícios, mercês, contratos, etc, e milhares de maços de documentos avulsos, grande parte ainda por classificar e separar, mesmo grosseiramente.

Os documentos avulsos sobrelevam-se pelo seu valor, pois são originais, praticamente inéditos em sua maioria, escritos de todas as partes do globo atingidas pela ação expansionista da gente lusa e assinados por testemunhas presenciais dos fatos narrados.

Os documentos deste arquivo estão separados de acordo com a sua proveniência e os brasileiros se distribuem pelas denominações das antigas capitanias; sendo o primeiro maço de Minas composto de documentos a partir de 1720.<sup>64</sup>

Depois de expor o caso particular de Minas, um exemplo importante para ele, mineiro e pesquisador da história mineira, Luiz Camillo volta ao objetivo a que se propusera junto ao Secretário Alkmin. O seu esquema de trabalho para a pesquisa de documentos sobre Minas Gerais é o seguinte:

a) organizar o plano de inventário, por ordem cronológica, de todos os documentos referentes às tentativas para o descobrimento de metais e pedras preciosas no século XVI e século XVII até 1680, que pudessem ter atingido o território mineiro, partindo de Bahia, São Paulo, Espírito Santo a Rio e dos documentos relativos às minas e à mineração do período de 1680-1720. Neste plano seriam estabelecidas as normas para semelhantes trabalhos, de acordo com as exigências dos diplomatas modernos: cada verbete devia incluir, além do sumário do documento, todas as datas, designações geográficas, nomes de pessoas, localização da espécie, número de cópias conhecidas e indicadas as publicações onde o documento houvesse sido divulgado quando assim acontecesse. Numerados os verbetes e feitos os índices indispensáveis à consulta e aproveitamento deste material, estaria organizada uma base definitiva para a história de Minas. Qualquer

- coisa como as *Fonts Manuscrits de l'Histoire de France*;
- b) entrar em entendimento com investigador de reconhecida idoneidade para execução do trabalho acima referido;
- c) examinar a possibilidade de substituir os processos arcaicos, anti-econômicos e inexatos da cópia de documentos históricos pela fotografia em filme diapositivo de 36mm.<sup>65</sup>

O que acontece quando Luiz Camillo chega a Lisboa? Percebe que, para separar o que quer que fosse de interesse para os estudos sobre a mineração em Minas, seria necessário, em primeiro lugar, ler todos os documentos, a fim de decidir o que era relevante para o objetivo de sua pesquisa. Reitera a sua opinião: “Copiar ou extrair documentos sem sistematização, seria recair em erro sempre por mim criticado.”<sup>66</sup> E expõe a técnica empregada para fotografar documentos.

Esparso pelos numerosos arquivos e bibliotecas, os documentos que nos interessam não podem ser inventariados isoladamente. [...] Julguei, assim, preferível estudar um plano geral de inventariação de documentos brasileiros, que espero seja aproveitado pela administração federal. E, quando o inventário geral atingir o fim do século XVIII, será ocasião de iniciar o exame dos papéis referentes à mineração. [...] Finalmente, fiz a experimentação decisiva da fotografia de Mss com filme de 36mm. Constitui esse processo a solução definitiva do problema da investigação histórica e por excelência aplicada ao Brasil, pois que possui perto de dois terços do seu passado guardado fora dos seus arquivos como consequência de mais de 300 anos de vida colonial. Tive ainda a satisfação de ver o método por mim utilizado ser considerado na Exposição Internacional de Paris como a técnica mais rigorosa para os trabalhos de investigação e assim apresentada pela Bibliothèque Nationale. [...] Resolvi, assim, fotografar os registros de correspondência com os governadores do Rio de Janeiro que incluem todas



as ordens, cartas e alvarás régios, referentes à mineração, porém, *anteriores à criação da capitania (1673-1720)*. Destes documentos, só uma pequena parte, do governo de Antônio de Albuquerque, foi conhecida no Arquivo Público Mineiro, e mesmo esta desapareceu inexplicavelmente. Eu nunca pude estudá-la. Fotografei os três códices in-fólio com perto de mil folhas e tudo conferi em Lisboa. São outras tantas fotografias, ainda em *film* não ampliado. [...] <sup>67</sup>

Resume a sua contribuição para os estudos mineiros, ao mesmo tempo em que explica porque não foi possível copiar toda a documentação referente a Minas. Copiar sem critério ou sistematização não lhe parece o procedimento mais correto para a pesquisa histórica em arquivos. Além de ser pouco prático, ineficiente, pouco produtivo. Surge aí o Luiz Camillo coringa: além de pesquisador e fotógrafo, ele próprio se encarrega de revelar os filmes, *faute d'argent!*

Aqui cheguei e quis mandar fazer as ampliações pela Casa Lutz Ferrando, especialistas em trabalhos de precisão. As ampliações 18x24 cm custam 4\$000 por unidade, ou, aproximadamente, quatro contos todo o serviço. Era-me impossível despender esta quantia. Fiz milagres para conseguir um ampliador onde possa fazer eu próprio ou ajudado por amigo as ampliações, esperando obter uma redução de 50%. O trabalho vai sendo realizado aos poucos e ainda diminuído por gripe que me impede de trabalhar há mais de uma semana.<sup>68</sup>

Luiz Camillo termina sua carta-relatório de modo bastante pessoal, mostrando o emaranhado de negações e tormentos em que seus esforços e pesquisas em história se realizavam. Esse desenlace final é também a constatação, muito lúcida, de que as condições em que havia trabalhado até então, apoiado apenas em sua paixão pelos estudos históricos, sem recursos quer materiais,

quer de tempo e disponibilidade existencial, haviam sido precaríssimas. Desejava realizar um trabalho não só por seu componente intrínseco de interesse histórico, como por seu valor para a coletividade.

A crítica em relação aos seus esforços é excessiva e não comprovada pelo resultado concreto de suas andanças pelos arquivos de Portugal. A contradição entre o que ele de fato fez e uma espécie de “modéstia afetada,”<sup>69</sup> retirada, talvez, da leitura dos clássicos e, certamente, muito mineira, exposta na carta a Alkmin, contradiz a opinião de outros pesquisadores que mais tarde estudarão a sua atuação em Portugal. Entre eles, José Honório Rodrigues, que faz um pequeno resumo da contribuição de Luiz Camillo para a historiografia brasileira, classificando-a, em 1952, em seu livro *A pesquisa histórica no Brasil*, como “uma lição de método aos investigadores.”

A Luiz Camillo de Oliveira Netto deve a pesquisa histórica brasileira a criação da Comissão de estudos dos textos de História do Brasil, a lista de verbetes para a história do Brasil pertencentes ao fundo geral da Biblioteca Nacional de Lisboa, as *Notícias antigas do Brasil*,<sup>70</sup> peças inéditas de 1531 a 1551, do *Corpo Cronológico do Arquivo Nacional da Torre do Tombo* (Lisboa, conferidos pelo Mestre paleógrafo João Martins da Silva Marques), o *Índice do Códice das Mercês Gerais de todas as partes Ultra-Marinhas* de 1644 a 1824 (ns. 79 a 91) e o *Índice das Consultas do Concelho da Fazenda*, de 1622 a 1652, ambos do Arquivo Histórico Colonial (ns 34 e 35). Com estes quatro trabalhos, três de referência de documentos e um de publicação de inéditos, Luiz Camillo de Oliveira Netto mostrou sua acertada conduta quando investigou os arquivos portugueses. Os *Verbetes e os Índices* revelavam para os estudiosos brasileiros documentos então desconhecidos e importantes, pois no do Concelho da Fazenda, criado em 1591, para substituir os Vedores da Fazenda Real, discutiam-se os negócios do reino e ultramarinos e nos códices das mercês

registravam-se as recompensas de serviços concedidos pela Coroa a todos os que se distinguiam no império colonial. Luiz Camillo, porém, não limitou sua larga experiência de estudioso e sabedor das coisas históricas à organização desses índices e verbetes, com o que dava uma lição de método aos investigadores, mas esforçou-se pela continuação do Inventário do Concelho Ultramarino feito por Castro e Almeida.<sup>71</sup>

Em 1946, oito anos depois da viagem a Portugal, já passada a turbulência do período da UDF e a militância política – e seu conseqüente afastamento das lides históricas –, Luiz Camillo tentará a continuação do Inventário do Conselho Ultramarino, iniciado por Castro e Almeida.<sup>72</sup> Sabendo que a inventariação do arquivo do Conselho Ultramarino representava apenas um vigésimo da documentação existente, Luiz Camillo traçará um plano para a cópia sistemática da totalidade dos arquivos de interesse para o Brasil, acompanhada de verbetes. Esse interesse está demonstrado em sua correspondência com Ernesto Ennes, com quem estabelece uma parceria para a execução do projeto, caríssimo a Luiz Camillo. Correspondência extensa, cheia de informações bibliográficas e historiográficas. Ernesto Ennes tentará obter, inclusive, a instâncias de Luiz Camillo, a boa vontade e a aquiescência dos Galveas para que o valioso arquivo desta família,<sup>73</sup> – contendo documentação inédita sobre a Inconfidência Mineira<sup>74</sup> – chamada por Ennes de Revolta das Minas –, seja aberto ao pesquisador brasileiro.

Em 1944, Luiz Camillo escreve o prefácio para o livro que Ennes publica sobre Matias Aires. Destaca a importância dos dois livros deste paulista: *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens* e *Problemas da arquitetura civil*.<sup>75</sup> Ressalta a formação científica do autor que, tendo estudado Ciências Naturais em Paris, trocou o ceticismo filosófico pelo racionalismo científico de Newton e Locke. A formação científica do pesquisador mineiro permite que valorize em Matias Aires o conhecedor das ciências de sua época, homem inteligente que evita as conclusões apressadas e caminha, através de análise e

pesquisa rigorosas, em direção ao objeto de sua perquirição.

Quanto às questões relativas à construção dos edifícios, assunto do segundo livro, *Problemas da arquitetura civil*, foram simples pretexto de que se aproveitou Matias Aires, segundo Luiz Camillo, para divulgar ao público de língua portuguesa, no século XVIII, tudo que chegara ao seu conhecimento - as conclusões de seus estudos e suas experiências sobre os fenômenos naturais. E isso numa época em que, por “heresia”, ainda se queimavam pessoas em praça pública...

Em 1946, sabendo que a inventariação do arquivo do Conselho Ultramarino representava apenas um vigésimo da documentação existente, Luiz Camillo traçará, tentando realizar o que já formulara nas cartas de 1937 a Manuel Múrias, então Diretor do Arquivo Histórico Colonial Português, um plano para a cópia sistemática da totalidade dos arquivos de interesse para o Brasil, acompanhados de verbetes. Em resumo: a continuação do trabalho iniciado por Castro e Almeida. Há cartas trocadas entre Ernesto Ennes e Luiz Camillo, tratando dos detalhes dessa iniciativa. Ennes escreve ao amigo brasileiro quando este adoce gravemente e relembra “os belos tempos que no Arquivo Histórico Colonial convivemos!...”<sup>76</sup> Mas, o projeto não era para se realizar, para grande tristeza do historiador itabirano.

## Referências bibliográficas

- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*. México, DF: Instituto Panamericano de Geografia e História, n. 122, 1952.
- ENNES, Ernesto. *Dois paulistas insígnies: José Ramos da Silva e Matias Aires Ramos da Silva de Eça: contribuição para o estudo crítico da sua obra (1705-1763)*. Prefácio de Luiz Camillo de Oliveira Netto. São Paulo: Nacional, 1944.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A Alma do tempo*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

NOTÍCIAS ANTIGAS DO BRASIL 1531 – 1551. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. v. LVII. RJ 1939. / Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Ministério de Educação. Biblioteca Nacional, setembro de 1939. v. LVIII.

OLIVEIRA NETTO, Luiz Camillo de. *História, Cultura & Liberdade*. Criação e apres. por João Camillo de Oliveira Torres; pesquisa e org. por Maria Luiza Penna. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975. 256 p. (Coleção Documentos brasileiros).

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil: sua evolução e problemas atuais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.

SILVEIRA, Luís da. Fontes da História do Brasil. In: *Cartas de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção*. Lisboa, [s.n.], 1946. v. 1.

## Notas

<sup>1</sup> Carta de LC a Mário de Andrade, [1937]. IEB-USP: MA-C-CPL, n. 5453 cx 56/5478.

<sup>2</sup> Antes chamado Arquivo da Marinha e Ultra-Mar era constituído pelos documentos do Conselho Ultramarinho, foi criado em 1642 e extinto em 1833. Foi incorporado à Biblioteca Nacional em 1901. Constituíram o primeiro fundo da Biblioteca Nacional os livros que haviam pertencido à Mesa Censória (onde se tinham reunido as livrarias dos colégios e casas professoras dos jesuítas) a que se acrescentaram os da extinta Academia Real de História. Em 1924, era seu diretor Jaime Cortesão; em 1937, Manuel Múrias.

<sup>3</sup> Carta de LC a Mário de Andrade, [circa maio-junho,1937]. IEB-USP. 5478/5482.

<sup>4</sup> Secretário dos Negócios do Interior de Minas Gerais.

<sup>5</sup> ANDRADE, *Brasil – Monumentos históricos e arqueológicos*, p. 53-60. Também quanto “à idéia de organizar e instituir no Brasil um sistema eficaz de proteção aos monumentos históricos, arqueológicos e naturais, assim como aos bens móveis que constituíam o nosso patrimônio artístico tradicional,” Rodrigo Melo Franco de Andrade nota, a esse respeito, a iniciativa pioneira de Luiz Camillo, já planejando o futuro IPHAN. Ministério da Educação e Saúde: 711.424 a 553 cx 2.

<sup>6</sup> Diplomática: arte da leitura e conhecimento dos documentos antigos.

<sup>7</sup> Biblioteca École des Chartes, instituída para preparar especialistas em documentos antigos e famosa por seus valiosos manuscritos medievais. Gr. Khartés; fr.,sec.XI: charta (papier).

<sup>8</sup> Nota de LC nta carta a Mario de Andrade [circa maio-junho,1937]. IEB-USP.

5478/5482: “As nossas relações com Roma são quase desconhecidas e nem sequer uma relação de *bullas* e *brevi* possuímos. É tão deficiente a nossa documentação a respeito que até o seguríssimo Capistrano, o mestre de todos nós, tem algumas omissões. A autorização para criação da prelazia do Rio de Janeiro, em 1575, é, ao meu ver, obscura e alguns autores a atribuem a bula *Novi Orbis*, não encontrada até hoje. Será, possivelmente, confusão com o título da obra *Fasti Novis Orbi*, de D. Cyriaco Morelli onde vem referido o fato. Este livro, por sua vez, não existe aqui.”

<sup>9</sup> Nota de LC na carta a Mario de Andrade [circa maio-junho,1937]. IEB-USP. 5478/5482: “Os mss. que pertenceram a R. Southey não foram estudados até hoje.”

<sup>10</sup> Martinho de Mello e Castro. Carta de LC a Ernesto Ennes, 24 jun. 1938. “MINAS GERAIS 1786 – Nos maços de Minas Gerais, de 1786-1788, devem se encontrar plantas, desenhos, etc., referentes à construção de uma cadeia em Vila Rica, pois, assim se exprimia o governador Luiz da Cunha Menezes, em carta a Martinho de Melo e Castro: “conforme planta e prospecto incluso que eu fiz pela minha própria mão”. (Arch. Pub. Mineiro, cod. 233, sec. col. fls. 182-184)”

<sup>11</sup> Fernão Dias Paes Leme.

<sup>12</sup> Carta do Pe. Serafim Leite a LC, 17 jun. 1935. Informa que “Nos arquivos da Companhia há com certeza notícias sobre Minas. Mas como não estudei ainda o período correspondente aos séculos XVII e XVIII, não faço idéia cabal do que poderá ser. Por agora lembro-me que por 1720 estiveram em Minas os Padres José Mascarenhas e Antonio Correia. As minas onde estiveram, queriam lá uma casa dos Jesuítas. São três cartas. Como não as tenho à mão, não sei o resultado, mas parece que houve alguma diferença com o Governador. Uma das cartas é datada de Ribeira do Carmo (Minas), a 2 de setembro de 1721. Notícias esparsas, direta ou indiretamente sobre Minas há de haver muitas. Envio-lhe a separata da bandeira de 1613 (com título suscetível de interessar aos leitores portugueses). Na última página verá que o pe. Antônio de Araújo deixou outro roteiro menor de São Paulo ao Rio de São Francisco. Com ele estamos em cheio no Estado de Minas. E isto no primeiro quartel do século XVII.”

<sup>13</sup> Anais das Bibliotecas e Arquivos: sublinhado no original por Mário de Andrade.

<sup>14</sup> Carta de LC a Mário de Andrade, [Antes de 15-6-1937]. IEB-USP. n. 5478.

<sup>15</sup> Entrevista de LC ao jornalista e futuro diplomata Jaime de Barros, autor de *Chão de vida*. *O Jornal*, 9 jan.1938. Documentos preciosos sobre a formação do Brasil. *O Jornal*, 9 jan. 1938, p. 1, 4 e conclusão.

<sup>16</sup> Entrevista de LC ao jornalista e futuro diplomata Jaime de Barros, autor de *Chão de vida*. *O Jornal*, 9 jan.1938. Documentos preciosos sobre a formação do Brasil. *O Jornal*, 9 jan. 1938, p. 1, 4 e conclusão.

<sup>17</sup> Carta de LC a Emílio Moura, [circa 13 jul. 1937].

<sup>18</sup> Clío, deusa da História, uma das nove musas, filhas de Zeus e Mnemosine (Deusa da Memória).

<sup>19</sup> Carta de LC a João Martins da Silva Marques, 4 jun. 1938. CEP: Congresso de Expansão Portuguesa.

<sup>20</sup> Cartão de LC a Francisco Venâncio Filho, 1937.

<sup>21</sup> [...] o admirável Luiz, que só pode ser estimado no seu devido valor por quem o haja pessoalmente praticado. Pouco mais velho do que eu, Luiz Camillo devia andar pelos trinta anos. Era esguio, sem ser magro, trigojeiro, com qualquer coisa de persa ou indiano na fisionomia atraente, de olhos escuros, vivos e amendoados, às vezes cismadores. Tinha a voz forte e modulada, mãos possantes com largos pulsos, o corpo de aparência sadia e musculosa, sempre em movimento. Constante também era-lhe o movimento do espírito. Poucas inteligências tenho conhecido tão prontas e exatas, tão farejadoras e caçadoras como a de Luiz Camillo. Ele foi o Capistrano da nossa geração. Dispersivo como o outro, por ter vivido menos, nem a escassa produção do émulo alcançou. [...] Sua inteligência era mais fina, sua sensibilidade mais polida, seu gosto mais apurado. Possuía uma ternura humana que lhe fazia encantador e desprevenido o convívio, e uma flama cívica que o levava a participar das lutas do século. Afonso Arinos de Melo Franco, *A alma do tempo*. Editora Nova Fronteira, 1979. p.274.

<sup>22</sup> Carta de João Martins da Silva Marques a I.C, 10-14 maio 1938. Refere-se a Manuel Múrias.

<sup>23</sup> Carta de LC a Manuel Múrias, provavelmente início de 1938. Grifos da autora

<sup>24</sup> O Arquivo Nacional da Torre do Tombo contém os documentos e as fontes manuscritas mais importantes da história portuguesa e também da nossa história colonial. Alojado originariamente no castelo de São Jorge, nas torres albarrã ou do haver, teve, a princípio, caráter administrativo e fiscal, ali ficou até o terremoto de 1755, sendo transferido em 1757. Daí o nome por que ficou conhecido: Torre do Tombo. Também chamado de Arquivo Fernão Lopes em homenagem ao seu famoso guarda-mor, Fernão Lopes, primeiro historiador português.

<sup>25</sup> OLIVEIRA NETTO. *História, Cultura & Liberdade*, p. 101.

<sup>26</sup> OLIVEIRA NETTO. *História, Cultura & Liberdade*, p. 101.

<sup>27</sup> OLIVEIRA NETTO. *História, Cultura & Liberdade*, p. 101.

<sup>28</sup> OLIVEIRA NETTO. *História, Cultura & Liberdade*, p. 102.

<sup>29</sup> OLIVEIRA NETTO. *História, Cultura & Liberdade*, p. 101.

<sup>30</sup> Para Sérgio Buarque de Holanda “A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem.” Apud Lélia Coelho Frota: *Traçado da vida colonial brasileira. Jornal do Brasil*, 18 ago. 2001.

<sup>31</sup> OLIVEIRA NETTO. *História, Cultura & Liberdade*, p. 102. Ver, a esse respeito, o livro de Lélia Coelho Frota, *Tiradentes, retrato de uma cidade*, p. 75: “A mestria que foi se evidenciando nos diversos ofícios necessários ao erguimento desses belos monumentos do século XVIII, deveu-se, como bem observa Luiz Camillo de Oliveira Netto, à simultaneidade com que se realizavam diversas construções, permitindo a transferência de mestres e oficiais, em particular pedreiros e carpinteiros, de um para o outro lugar, formando aprendizes. A adaptação à diversidade do clima, aos materiais locais – o que, segundo Camillo, ‘representava muitas vezes um verdadeiro trabalho de criação’ –, foi possibilitando a esse corpo de notáveis construtores o enriquecimento das técnicas luso-orientais de que dispunham ao chegar com novas contribuições dadas pela formação étnica e recursos da colônia.”

<sup>32</sup> OLIVEIRA NETTO. *História, Cultura & Liberdade*, p. 102.

- <sup>33</sup> *Apud* Lélia Coelho Frota. Traçado da vida colonial brasileira. *Jornal do Brasil*, 18 ago. 2001.
- <sup>34</sup> OLIVEIRA NETTO. História, Cultura & Liberdade, p. 103.
- <sup>35</sup> OLIVEIRA NETTO. História, Cultura & Liberdade, p. 103.
- <sup>36</sup> OLIVEIRA NETTO. História, Cultura & Liberdade, p. 104.
- <sup>37</sup> OLIVEIRA NETTO. História, Cultura & Liberdade, p. 103.
- <sup>38</sup> Luiza de Oliveira Penna Osório de Almeida, casada com o português José Osório de Almeida Junior, era irmã do pai de Luiz Camillo. Excelente contadora das histórias, deu subsídios a Cornélio Penna para o romance *Fronteira*, o que lhe valeu uma gratíssima dedicatória do escritor.
- <sup>39</sup> SILVEIRA. Fontes da História do Brasil. In *Cartas de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção*: “Peço-te, pois, que circunscrevas tuas investigações ao século XVI.” Carta de Capistrano de Abreu ao infatigável Tomás Lino de Assunção, que se encontrava nesse tempo em Lisboa, 12 mar. 1885.
- <sup>40</sup> Carta de Manuel Múrias a LC, 11 set. 1938.
- <sup>41</sup> Carta de Manuel Múrias a LC, 11 set. 1938.
- <sup>42</sup> Entrevista de LC a Jaime de Barros. Documentos preciosos sobre a formação do Brasil. *O Jornal*, 9 jan. 1938, p. 1, 4 e conclusão.
- <sup>43</sup> Corpo Cronológico – 1661-1699. Coleção formada pelo guarda-mor Manuel da Maia, no século XVIII.
- <sup>44</sup> Carta do palégrafo João Martins da Silva Marques a LC, 30 mar. 1938.
- <sup>45</sup> Passaporte diplomático de LC n° 4515. 24 ago. 1937.
- <sup>46</sup> Carta de Ernesto Ennes a LC, 4 out. 1937.
- <sup>47</sup> Ver a esse respeito *O índio brasileiro e a revolução francesa*, de Afonso Arinos de Melo Franco. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937. Cap. I. Ver também Sergio Paulo Rouanet. As migrações do bom selvagem. *Jornal do Brasil*, 14 nov. 1998: “O bom selvagem é um animal europeu. Era o bom centauro, como Quiron, que cuidava dos feridos e dos doentes, e dirigiu a educação de Aquiles. Eram o cita, o trácio, o frígio, que viviam perto da natureza e por isso mesmo eram mais inocentes que os atenienses e os romanos, corrompidos pela civilização. Na Idade Média, era o *homo sylvestris*, peludo e sensual, habitante dos bosques. Com o período dos descobrimentos, esse bicho europeu foi reencontrado no Brasil pelos cronistas e marinheiros. Vespúcio, Caminha, Thevet e Jean de Léry viram o índio e enxergaram o bom selvagem, sem se darem conta de que essa figura fazia parte de uma tradição européia muito anterior a Colombo. O bom selvagem foi em seguida re-importado pela Europa, em vagas sucessivas. De volta de seu continente natal, ele conheceu três destinos. Num deles, o bom selvagem preservou seu exterior exótico e recebeu a função de subverter as instituições européias. Foram o bom tupinambé, de Montaigne, e seus sucessores: o bom pele vermelha, de Voltaire, e o bom polinésio, de Diderot. O segundo destino foi a aculturação. O terceiro destino do selvagem foi ser anexado pela psicanálise.” Escreve Laura de Mello e Souza: “com o livro *Histoire d’un voyage Fait en la Terre du Brésil*. (História de uma viagem feita à terra do Brasil, 1578), de Jean de Léry, chamado por Lévy-Strauss de breviário do etnólogo, o Brasil e os Tupinambás entram na Europa e lançam-se as bases do relativismo cultural.”
- <sup>48</sup> Carta de LC a Max Fischer, 4 nov. 1942.



<sup>49</sup> Carta de José Carlos de Macedo Soares a LC, 22 jan.1943. O sr. Roquette Pinto, em nome da Academia Brasileira de Letras, oferece-lhe “uma edição fac-similar do *Catecismo Kiriri*, do padre Luiz Vincencio Mamiani, mandada imprimir pelo Ministério de Educação e Saúde de acordo com as provas fotográficas do exemplar existente na Biblioteca Nacional Vittorio Emmanuel (Fondo Gesuitico), por V. Ex. localizado em 1937 e posteriormente encontrado pelo ilustre professor Josué de Castro, e [o Sr Roquette Pinto] requereu, e foi unanimemente aprovado, se congratulasse a Academia com a pessoa de V. Ex. por esse grande serviço prestado à cultura nacional, pois somente graças às suas bem encaminhadas pesquisas ns principais bibliotecas da Europa, em 1937, foi que se tornou possível a reprodução fac-similar daquele livro raríssimo.” Carta de Josué de Castro a LC, 18 dez. 1938. Nela ele relata ao amigo LC o resultado de suas pesquisas à cata de obras importantes para a historiografia brasileira: “Felizmente encontrei o Mamiani, na Vitorio Emanuel [sic]. Lá estão duas edições, a primeira de 1689 e uma segunda de 1846. É claro que será possível fazer-se uma fotocópia da edição que lhe interessa, mas, talvez seja mais prático e, mesmo mais barato, procurar adquirir-se um exemplar da obra por intermédio dos editores L.S. Olschlei, de Florença. Como só em janeiro próximo passarei por esta cidade, aguardo sua decisão para procurar adquirir o original ou encomendar as fotocópias do volume da Biblioteca Vitorio Emanuel. Quanto ao Bourdemare não deve existir noutra biblioteca italiana. Já adquiri o livro do Magnaghi – Amerigo Vespucci – quero saber se devo enviá-lo por correio com os riscos de se perder, ou conservá-lo comigo até a minha volta. Em Florença tratarei também da obra de Paoli.”

<sup>50</sup> ANDRADE. Luiz Camillo - Imagens do amigo. *Correio da Manhã*. 10 nov. 1954.

<sup>51</sup> Cartão de LC a Emílio Moura, [ago. 1937]. O original desse cartão encontra-se no Arquivo Emílio Moura. As cópias da correspondência de LC a Emílio Moura foram enviadas à autora por gentileza do Prof. Fábio Lucas.

<sup>52</sup> Carta de LC a José Maria Alkmin, 29 dez. 1937.

<sup>53</sup> No início de 1947, LC providencia a compra pelo governo brasileiro desse importantíssimo códice. *Livro Primeiro do Governo do Brasil*. 1607-1633, manuscrito localizado por ele em Portugal, em 1937, e publicado pelo Ministério das Relações Exteriores. 1958.

<sup>54</sup> Entrevista a Jaime de Barros. *O Jornal*, 9 jan. 1938. Também em OLIVEIRA NETTO. *História, Cultura & Liberdade*, p. 112. “Manuscritos sobre o Brasil: há na livraria da Torre do Tombo uma Coleção de Mss com este título, alguns inéditos do século XVIII. Entre eles está a cópia da História de frei Vicente de Salvador, que já foi publicada com os magistrais prolegômenos de Capistrano de Abreu e as sábias anotações de Rodolfo Garcia.” Entre os códices citados por LC na mesma entrevista estão os códices n<sup>os</sup> 13 a 19, 30 a 45, 79 a 92 e 113 a 118.

<sup>55</sup> Entrevista a Jaime de Barros. *O Jornal*, 9 jan. 1938. Também em OLIVEIRA NETTO. *História, Cultura & Liberdade*, p. 108.

<sup>56</sup> Carta de LC a Manuel Múrias, 30 dez. 1937. Além do pedido de divulgação de nossos autores, Luiz Camillo insta com o amigo para que lhe mande, com a possível brevidade, o índice do famigerado Códice 112 (que abre com o regimento de Tomé de Souza) e informe, por obséquio, se já está em pleno funcionamento a Leica. Em carta posterior de LC a Manuel Múrias, [início de

1938], reitera o pedido: “Código 112 do Arq. Hist. Colonial. Continuo à espera do índice prometido, cujas provas estiveram em minhas mãos e que deixei escapar, por esquecimento. Refiro-me ao códice onde é registrado, no início, o regimento de Tomé de Souza.”

<sup>57</sup>Entrevista de LC a Jaime de Barros. *O Jornal*, 9 jan. 1938.

<sup>58</sup> *Notícias Antigas do Brasil 1531 – 1551*. In: Ministério da Educação, *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, p. 9-28. “Peças inéditas de 1531 a 1551, com introdução de Rodolfo Garcia: A relação inserta a seguir pertence, em cópia autêntica ao seletor acervo de documentos para a História do Brasil, que recolheu em Portugal o erudito pesquisador Dr. Luiz Camillo de Oliveira Netto, em sua recente viagem de estudos naquele país. O original guarda a Biblioteca Nacional de Lisboa: Autógrafos de Antonio da Silva e Souza - F.G. 1477, fls. 217 a 230 - procurador da Coroa e Fazenda real, provedor-mor e de Resíduos, serviu de ouvidor e auditor general, e esteve na Bahia e em Pernambuco.” As *Notícias Antigas do Brasil do Corpo Cronológico* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, conferidas pelo paleógrafo português João Martins da Silva Marques foram publicadas pelos ABN, Vol. 57, fls 9-28. 1939.

<sup>59</sup> O historiador Michel Perrot [Pierre Chaunu et al. O espírito da época. In: *Ego-História*, p. 273] assim descreve o Prof. Bouard: “Michel Bouard, medievalista de grande renome, professor na universidade de que viria em breve tornar-se decano, desfilara à cabeça do cortejo de metalúrgicos descidos do Planalto. A boa sociedade, deslocada pela guerra, que tentava penosamente reconstituir-se com as quermesses da paróquia de Saint-Jean, tremia com o espetáculo da traição de um dos seus membros mais brilhantes. Antigo militante da Ação Francesa, resistente, deportado, Michel de Bouard, aderira ao PCF que o punha na primeira linha em todas as ocasiões úteis, desconfiando um pouco das razões morais da sua adesão. “Michel”, como diziam os camaradas, foi para mim uma figura exemplar.”

<sup>60</sup> Entrevista a Jaime de Barros. *O Jornal*, 9 jan. 1938.

<sup>61</sup> Frei Bernardo da Vita Christi, Lisboa, 1495, 4 vols. In-fólio, impressos em duas colunas, caracteres góticos. Apócrifo. Descreve a meninice de Jesus Cristo. Desta obra são conhecidos apenas 13 exemplares, alguns incompletos. Descrevendo o trabalho de edição de textos que se fazia na Casa de Rui Barbosa, sob a direção de Américo Jacobina Lacombe, Alceu Amoroso Lima [Tristão de Ataíde. De pedra me. *Jornal do Brasil*, 28 ago. 1969] escreve: “Entre essas obras avulta, sem dúvida, *O Livro de Vita Christi*, do monge cartucho Ludolfo, do século XIII, traduzida para o vernáculo pelos monges de Alcobaça, especialmente frei Bernardo, e publicada como ‘primeira obra impressa em língua portuguesa’, em 1495. Mais antigo que o Brasil. Foi nosso inesquecível Luiz Camillo de Oliveira, como conta Thiers Martins Moreira, no prefácio ao 1º volume dessa obra monumental aparecida em 1957, que em 1937 trouxe de Portugal os microfilmes da edição de 1495. Quando o Padre Augusto Magne S.J. aceitou a incumbência de preparar a edição crítica e fac-similar da obra do cartucho alemão medieval, já conhecia a fundo essa vida de Cristo, que inspirara Santo Inácio e Santa Teresa, e fora traduzida em mais de seis ou oito idiomas, com mais de 80 edições.”

<sup>62</sup> LC cita também Gonçale [sic] de Santa Maria. 1 vol. in-fólio. Pequeno. Impressão de Rodrigues Alvares, conhecendo-se somente um único exemplar,

pertencente à Biblioteca Nacional de Lisboa. Entrevista a Jaime de Barros. *O Jornal*, 9 jan. 1938.

<sup>63</sup> Carta de LC a José Maria Alkmin, 29 dez. 1937.

<sup>64</sup> Carta de LC a José Maria Alkmin, 29 dez. 1937.

<sup>65</sup> Carta de LC a José Maria Alkmin, 29 dez. 1937.

<sup>66</sup> Carta de LC a José Maria Alkmin, 29 dez. 1937.

<sup>67</sup> Carta de LC a José Maria Alkmin, 29 dez. 1937.

<sup>68</sup> Carta de LC a José Maria Alkmin, 29 dez. 1937.

<sup>69</sup> Affonso Romano de Sant'Anna. O inacabado, o rascunho, etc. *O Globo*, 23 nov. 2002. O articulista escreve sobre a forma de se exercitar o tópico da 'modéstia afetada', estudada por Ernest Curtius no discurso clássico no seu célebre *Literatura Européia e Idade Média Latina*.

<sup>70</sup> Ver nota 57 deste capítulo.

<sup>71</sup> RODRIGUES. *A pesquisa histórica no Brasil: sua evolução e problemas atuais*, p. 140-144;151.

<sup>72</sup> Carta de LC a Ernesto Ennes, 17 set. 1946.

<sup>73</sup> OLIVEIRA NETTO. *História, Cultura e Liberdade*, p. 113. O historiador mineiro cita também outros arquivos particulares, como os das seguintes famílias: Cadaval, Sabugosa, Arcos, Lavradio.

<sup>74</sup> Em pelo menos duas cartas a Ernesto Ennes, LC refere-se a essa documentação. Na carta de 8 dez. 1937: "ainda sobre a Inconfidência Mineira deixei escapar um documento de que tenho bastante necessidade, contém: *Autos dos Crimes contra os Réus Eclesiásticos da Conspiração formada em Minas Gerais, 1781*. (Anais das Bibliotecas e Arquivos, vol. I (1920), fasc. 2, p. 136 a). Pertence à Livraria da Casa Galveas. Recordar-se certamente das tentativas feitas por mim para visitar esta livraria e que resultaram infrutíferas. Não lhe seria possível interessar-se no sentido de obter-me uma cópia ou preferivelmente uma fotocópia do documento indicado?" E em carta de 26 jun. 1938: "INCONFIDÊNCIA MINEIRA DE 1789 – Ainda sobre a conjuração que tanto trabalho nos dá, há um ponto a esclarecer e que possivelmente só será conhecido pela divulgação de papéis em poder da família Galveas, hoje propriedade do Exmo Sr. Dr. Felipe de Vilhena. Falamos em Lisboa algumas vezes sobre o assunto e por estar doente o mesmo Sr. foi-me impossível conhecer o seu precioso arquivo, apesar da sua gentilíssima promessa de permitir que o visitasse. Levo a minha confiança em sua generosidade ao ponto de insistir pela continuação de minhas investigações e, caso lhe seja possível, solicitar ao Exmo Sr. Dr. Felipe de Vilhena autorização para examinar o seu arquivo e verificar os documentos sobre a Inconfidência Mineira, mormente um que vem referido nos Anais da Biblioteca e Arquivos (Vol. 1, n.2, abril-junho de 1920, p. 136), referente aos réus eclesiásticos. Será a sentença, até agora desconhecida? [...] Examinados os documentos em poder da nobre família portuguesa e verificados quais os de interesse, para elucidar a história do movimento de 1789, principalmente sentença sobre os réus e eclesiásticos, peço-lhe ainda solicitar do ilustre Dr. Felipe de Vilhena, a cujo elevado espírito de cooperação rendo aqui justíssimas homenagens, a necessária licença para extrair uma cópia ou fotocópia. Obtida a indispensável autorização, solicito-lhe contratar pessoa idônea para tal serviço."

<sup>75</sup> ENNES. *Dois paulistas insignes*: José Ramos da Silva e Matias Aires Ramos da Silva de Eça; contribuição para o estudo crítico da sua obra (1705-1763). Prefácio por Luiz Camillo de Oliveira Netto. 487 p. il.

<sup>76</sup> Carta de Ernesto Ennes a LC, 4 dez. 1948.

## Resumo

Luiz Camillo, historiador mineiro, viaja a Portugal em 1937. Em Lisboa, no Arquivo Histórico Colonial e na Torre do Tombo realiza levantamento de documentos relativos à nossa História visando a organização de um plano geral de pesquisa. Microfilma códices, documentos e livros raros e traz vasta documentação para o Brasil.

**Palavras-chave:** Arquivo Histórico Colonial; Torre do Tombo; História Colonial Mineira; Metodologia em pesquisa histórica

## Abstract

Luiz Camillo, a Brazilian historian born in Minas Gerais, travels to Portugal in 1937. In Lisbon, he works in The National Historical Archives and the Torre do Tombo with the purpose of finding documents related to Brazilian History and the organization of a overall plan of research. He microfilms codices, documents and rare books and brings them back to Brazil.

**Key words:** Portuguese National Historical Archives; Torre do Tombo; Minas Gerais Colonial History; Historical research methodology